



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas				
Título:	Reunião Ordinária N. 37				
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF				
Data da reunião:	22/11/2017	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	17:30

## Pauta da Reunião

1. 14:30 - Abertura da Reunião – Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da Câmara.
2. 14:35 – Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária da CSFP – Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da Câmara.
3. 14:40 - Avisos da Secretaria da Câmara: Calendário Reuniões 2017 e Informes – Sr.ª Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da CSFN.
4. 14:45 – Anuário com dados de 2016 e perspectivas do setor para 2018 – Representante do IBÁ.
5. 15:00 – Instrução Normativa No. 17/2017 e Instrução Normativa No. 19/2017, referentes à produção e comercialização de sementes e mudas florestais do MAPA. Esclarecimento sobre Inscrição de cultivares florestais no Registro Nacional de Cultivares do MAPA e os desafios para evitar inscrições em “duplicatas” – Sr.ª Andreia Gerk, Coordenadora Substituta da Coordenação de Sementes e Mudas e Sr.ª Crisangela Nagata, Chefe do Serviço de Registro Nacional de Cultivares.
6. 15:25 – Lei de Proteção de Cultivares aplicada às Espécies Florestais – Sr. Ricardo Zanata – SNPC/DFIA/SDA/MAPA.
7. 15:50 – Aquisição de Terras por Estrangeiros – Sr. Aldo de Cresci Neto, Consultor da Câmara.
8. 16:05 – Atualização sobre o Plano Nacional de Florestas Plantadas – Sr. Edson Iede, representante da Embrapa.
9. 16:15 – Encaminhamento de Moção desta Câmara a respeito dos obstáculos para a exportação de madeira de teca criados pela fiscalização do IBAMA do Porto de Santos, Sr. Fausto Takizawa, representante da AREFLORESTA.
10. 16:30 – Relato acerca das iniciativas do MAPA para o desenvolvimento da atividade de Florestas Plantadas no Brasil – João Salomão/Gustavo Firmo representantes da SPA/MAPA (30 minutos para o orador e 15 minutos para debate do colegiado).
11. 17:15 - Assuntos Gerais:
  - A situação da emergência fitossanitária para o cascudo serrador no RS e solicitação de sua renovação – Sr. Diogo Leuck, representante da AGEFLOR.
12. 17:30 – Encerramento.

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	WALTER VIEIRA REZENDE	CNA	PR	
2	ISABEL REGINA FLORES CARNEIRO ROXO		PR	
3	ALDO DE CRESCI NETO		PR	
4	ANDRESSA TENORIO DA SILVA	ACST/MAPA	PR	
5	WILSON GALVÃO ANDRADE	ABAF	PR	
6	MAURO MURARA JUNIOR	ACR	PR	
7	DIOGO CARLOS LEUCK	AGEFLOR	PR	



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

8	AILSON AUGUSTO LOPER	APRE	PR	
9	FAUSTO HISSASHI TAKIZAWA	AREFLORESTA	PR	
10	CARLOS AUGUSTO DE LIMA CARVALHO	BB	PR	
11	EDSON TADEU IEDE	EMBRAPA	PR	
12	LUCIANA DUQUE SILVA	ESALQ/USP	PR	
13	MARCILIO CARON NETO	IBÁ	PR	
14	CÉLIO LUÍS PAULO	MDIC	PR	
15	BENEDITO MÁRIO LÁZARO	REFLORE	PR	
16	JOSE CARLOS PIRES	SEAPI/RS	PR	
17	SIDNEY ALMEIDA FILGUEIRA DE MEDEIROS	SMC/MAPA	PR	
18	JOAO ANTONIO FAGUNDES SALOMAO	SPA/MAPA	PR	
19	GUSTAVO HENRIQUE MARQUIM FIRMO DE ARAUJO	SPA/MAPA	PR	
20	ALDO DE CRESCI NETO	FPS	PR	
21	EDSON RODRIGO TOLEDO	MF	PR	
22	EDINA MORESCO	EMBRAPA	CO	
23	PATRÍCIA MACHADO	IBÁ	CO	
24	CRISÂNGELA NAGATA	SDA/MAPA	CO	
25	ANDRÉIA GERK	SDA/MAPA	CO	

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

### 1. Abertura da Reunião

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de 2017, na sala de reuniões nº 250, no 2º andar do edifício sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em Brasília-DF, foi aberta a Trigésima Sétima Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas pelo Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da Câmara, que agradeceu a presença de todos.

### 2. Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária da CSFP – Sr. Walter Vieira Rezende, Presidente da Câmara.

Submetida à aprovação do plenário, a Ata da 36ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, foi aprovada, por unanimidade.

### 3. Avisos da Secretaria da Câmara: Calendário Reuniões 2018 e Informes – Sr.ª Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da CSFN.

A Sr.ª Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da Câmara, apresentou proposta de calendário para 2018, com as seguintes datas: 38ª Reunião Ordinária – 14 de março de 2018 (4ª feira), 39ª Reunião Ordinária – 06 de junho de 2018 (4ª feira); 40ª Reunião Ordinária – 27 de setembro de 2018 (5ª feira) e 41ª Reunião Ordinária – 28 de novembro de 2018 (4ª feira). Ressaltou que pedidos para alteração de datas devem ser encaminhados com a maior antecedência possível, para que se evite choque de datas e horários com outras Câmaras Setoriais e Temáticas. Listou as entidades que compõem a Câmara, totalizando 25 (vinte e cinco) membros e 2 (dois) convidados permanentes.

O Sr. Wilson de Andrade, representante da ABAF, propôs que a 41ª Reunião Ordinária, agendada para



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

28 de novembro de 2018, seja realizada em Salvador/BA, durante a Feira Internacional da Agropecuária – FENAGRO.

#### **4. Anuário com dados de 2016 e perspectivas do setor para 2018 – Representante da IBÁ.**

O Sr. **Marcílio Caron**, representante da IBÁ, informou que o Anuário está disponível na página do IBÁ. O trabalho precisa ser revisto, pois os dados fornecidos pelas empresas e associações estaduais são conflitantes com as informações do IBGE e da *OnG World Resources Institute – WRI Brasil*. Informou que os números serão atualizados de maneira confiável após o próximo censo a ser realizado pelo IBGE. Registrou que há um número significativo de reflorestamento que não é declarado, motivo pelo qual há essa disparidade de informações publicadas. A produção industrial conta com dados confiáveis, mas a produção de florestas requer maior precisão, o que trará maior credibilidade ao setor.

Assim como já havia sido definido na Reunião anterior, o Sr. Diogo Leuck e o Sr. Aldo de Cresci elaborarão documento solicitando auxílio do Mapa no levantamento dos dados relativos à área produtiva (elaboração do inventário florestal), utilizando o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

#### **5. Instrução Normativa No. 17/2017 e Instrução Normativa No. 19/2017, referentes à produção e comercialização de sementes e mudas florestais do MAPA. Esclarecimento sobre Inscrição de cultivares florestais no Registro Nacional de Cultivares do MAPA e os desafios para evitar inscrições em “duplicatas” – Sr.<sup>a</sup> Andreia Gerk, Coordenadora Substituta da Coordenação de Sementes e Mudas e Sr.<sup>a</sup> Crisangela Nagata, Chefe do Serviço de Registro Nacional de Cultivares.**

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Gerk**, Coordenadora Substituta da Coordenação de Sementes e Mudas, informou que a alteração da Instrução Normativa nº 56/2011 contou com a participação de diferentes órgãos, tendo sido revogada pela Instrução Normativa nº 17/2017, que regulamenta a produção, comercialização e utilização de sementes e mudas de espécies florestais ou de interesse ambiental ou medicinal, nativas e exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade. Os produtores de mudas e sementes florestais precisam pagar uma taxa de inscrição a cada 3 anos. O produtor deve declarar ao Mapa quais sementes e as áreas em que elas serão coletadas, além de uma estimativa de produção de mudas, que deve ser compatível com a lista de espécies do Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM. A IN nº 17/2017 permitirá a regularização do material produzido, em casos de divergências desse material com o que foi declarado no RENASEM, sob pena de multa. Essa norma flexibiliza também a documentação necessária no transporte de sementes e mudas. Outras formas de controle foram incluídas na identificação das mudas, com o objetivo de agilizar e flexibilizar o processo. A Embrapa, em parceria com o Mapa, disponibiliza dados sobre os viveiros e sua localização. A Instrução pode atingir tanto pequenos quanto grandes produtores, não apresentando empecilhos à produção florestal àqueles que dispõem de poucos recursos. Outras informações sobre sementes e mudas podem ser encontradas no site do MAPA ([www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)). Dentre os desafios para a fiscalização, citou o reduzido quadro de servidores para a fiscalização e apoio, restrições orçamentárias, além da dificuldade e demora na atualização das legislações de forma a acompanhar os avanços científicos e tecnológicos. Colocou a Coordenação à disposição do setor produtivo para esclarecimento de dúvidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Crisangela Nagata**, Chefe do Serviço de Registro Nacional de Cultivares, fez apresentação sobre o Registro Nacional de Cultivares – RNC, e as exigências para a inscrição de cultivares e espécies, além das circunstâncias que implicam no seu cancelamento. Os registros de cultivares devem ser únicos, porém constatou-se a possibilidade de registros duplicados, problema que deve ser combatido. Informou que será feita uma reavaliação dos registros para que aqueles duplicados possam ser cancelados em todo o país.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

### **6. Lei de Proteção de Cultivares aplicada às Espécies Florestais – Sr. Ricardo Zanata – SNPC/DFIA/SDA/MAPA.**

O **Sr. Ricardo Zanata**, Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, apresentou os requisitos para o registro de uma cultivar no SNPC. O estímulo à proteção de novas cultivares envolve normas de proteção à propriedade intelectual sobre material propagativo, permitindo o recebimento de *royalties* sobre o uso desse material, nas situações cabíveis e a critério do detentor dos direitos. A partir da vigência da Lei de proteção de cultivares, houve um significativo aumento da produtividade, em virtude do melhoramento genético e outras técnicas, como a mecanização. Sugeriu uma reforma total nos dispositivos dessa Lei, com o objetivo de atualizar seus conceitos técnicos, promover a proteção provisória, ampliar a proteção para todos os gêneros e espécies vegetais e fornecer maior segurança jurídica aos produtores. Ressaltou que uma norma sobre direito de uso exclusivo de material de propagação não pode estabelecer obrigações de pagamento para o uso do material, mas deve dar liberdade às partes para negociarem sobre seu uso. O **Sr. Marcilio Caron**, representante do IBÁ, ressaltou a necessidade de o MAPA participar das discussões do Projeto de Lei nº 827/2015. O **Sr. Ricardo Zanata** informou que quaisquer discordâncias do setor produtivo em relação a esse Projeto de Lei devem ser encaminhadas ao Sr. Ministro da Agricultura. O Colegiado deliberou sobre o encaminhamento de documento ao Sr. Ministro, sugerindo alterações ao Projeto de Lei nº 827/2015. O Sr. Marcilio Caron será o responsável pela redação do documento, com o auxílio do Sr. Ricardo Zanata. O **Sr. João Salomão**, representante da SPA/MAPA, resalta a necessidade de o setor produtivo ser proativo nessas questões, pois o Mapa trabalha para atender às demandas dos produtores. Reforçou a necessidade de a Câmara encaminhar moção sobre o assunto.

### **7. Aquisição de Terras por Estrangeiros – Sr. Aldo de Cresci Neto, Consultor da Câmara.**

O **Sr. Aldo de Cresci**, Consultor da Câmara, informou que o Projeto de Lei (590/2015, de autoria do Senador Waldemir Moka - no Senado Federal; e na Câmara dos Deputados, 4059 e 2289, cujo relator na Câmara dos Deputados é o Deputado Nilson Leitão) será discutido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado esta semana. O texto prevê que os detentores dessas terras possuirão os mesmos direitos que os brasileiros. Ao contrário do que algumas notícias e artigos têm informado, o setor de celulose é favorável à medida. O **Sr. Walter Vieira Rezende**, Presidente da Câmara, informou que estará em reunião com senadores para tratar do assunto e reforçar o posicionamento do setor florestal.

### **8. Atualização sobre o Plano Nacional de Florestas Plantadas – Sr. Edson Iede, representante da Embrapa.**

O **Sr. Edson Iede**, representante da Embrapa, fez apresentação sobre a situação atual do Plano Nacional de Florestas Plantadas, conforme o desenvolvimento das etapas do Grupo de Trabalho constituído no âmbito desta Câmara, listando uma série de gargalos e desafios enfrentados pelo setor produtivo, impeditivos de seu desenvolvimento, incluindo a complexidade para o licenciamento ambiental, a dificuldade do registro de agroquímicos para silvicultura, entre outros. O GT se reunirá novamente em dezembro para reavaliação dos gargalos. O documento deverá ser publicado em março de 2018, a tempo de os membros da CSFP poderem avaliar o trabalho consolidado antes da primeira reunião ordinária de 2018. Ressaltou a importância do apoio dos membros da Câmara na elaboração do documento e sugestões.

### **9. Encaminhamento de Moção desta Câmara a respeito dos obstáculos para a exportação de madeira de teca, criados pela fiscalização do IBAMA do Porto de Santos, Sr. Fausto Takizawa, representante da AREFLORESTA.**





# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

O Sr. **Fausto Takizawa**, representante da AREFLORESTA, informou que a mudança no tratamento de material florestal para exportação tem causado custos aos produtores, por conta da retenção dos contêineres nos portos, além de maior burocracia, em virtude de exigência do Ibama, que alega o risco de fuga de madeira nativa desse material, que já foi devidamente fiscalizado e certificado pelo Mapa. O Colegiado deliberou pelo encaminhamento de Ofício para o Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da SDA, solicitando ao Ibama a elaboração de normativo orientando a fiscalização desses materiais nos portos. O Sr. Fausto será o responsável pela redação do documento.

## **10. Relato acerca das iniciativas do MAPA para o desenvolvimento da atividade de Florestas Plantadas no Brasil – João Salomão/Gustavo Firmo representantes da SPA/MAPA (30 minutos para o orador e 15 minutos para debate do colegiado).**

O item será abordado na próxima reunião da Câmara. O Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola, será convidado novamente para relatar o assunto.

## **11. A situação da emergência fitossanitária para o cascudo serrador no RS e solicitação de sua renovação – Sr. Diogo Leuck, representante da AGEFLOR.**

O Sr. **Diogo Leuck**, alertou para a necessidade de publicação de um plano de emergência fitossanitária, o que garantirá o controle do cascudo no Rio Grande do Sul. A Consultoria Jurídica do Mapa solicitou que seja declarada uma nova emergência para atender a situação. Pediu que esta Câmara encaminhe ofício solicitando urgência no tratamento do Processo SEI nº 21000017228/2016-84, em andamento atualmente na SDA/MAPA. O Colegiado deliberou pelo encaminhamento de ofício ao Sr. Secretário de Defesa Agropecuária, solicitando urgência no andamento desse Processo. O Sr. Diogo será o responsável pela redação do documento.

## **12. Assuntos Gerais**

O Sr. **Walter Rezende**, Presidente da Câmara, mencionou o trabalho feito pelo Grupo Técnico de biomassa florestal para a geração de energia elétrica, que resultou na inclusão da energia oriunda de biomassa florestal no Plano Decenal de Expansão de Energia 2026 (PDE 2026). Os Leilões A-4 e A-5 serão realizados em dezembro, que contará com a participação de 42 empresas. Informou que o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), tido como principal instrumento de implementação da Política Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG), foi lançado por meio da Portaria Interministerial nº 230, de 14 de novembro de 2017, assinada pelos ministros de Estado do Meio Ambiente, da Educação, da Agricultura Pecuária e Abastecimento e da Casa Civil da Presidência da República. A elaboração do PLANAVEG foi coordenada pelo MMA, que tratará da política agrícola para florestas plantadas. A PROVEG também instituiu a Comissão Nacional para Recuperação Nativa (CONAVEG), colegiado com as atribuições de promover a implementação, monitoramento e avaliação da implementação do PLANAVEG e da própria PROVEG. O CONAVEG terá representantes da sociedade civil e do governo federal, sendo que 6 representantes são indicados pelo MMA, o que poderá prejudicar o atendimento às demandas dos produtores. Os membros da CONAVEG foram designados pelas portarias MMA nº 138, de 28 de março de 2017, e nº 246, de 14 de julho de 2017. A Consultoria Jurídica do MAPA recomendou que esta Câmara se manifeste sobre o aumento da representação do setor produtivo na CONAVEG. Alertou que a situação requer uma ação rápida da Câmara, por conta da gravidade dessa medida e suas consequências. O Sr. **Márcio Cândido**, Chefe da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas, informou que a proposta do PLANAVEG precisou ser assinada às pressas pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender a



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

um compromisso assumido pelo Brasil para participar da COP 23. O Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017, que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, não foi assinado pelo MAPA, tendo passado apenas pela Casa Civil/PR e pelo MMA. Isso pode implicar na invasão da competência do Mapa, já que o texto determina que ações relativas à implementação da Política Agrícola para Florestas Plantadas estarão integradas a essa Política. Dos 11 componentes da CONAVEG, 6 são indicados pelo MMA. Propôs que seja criado um grupo técnico que trate da revisão desse Decreto e análise do PLANAVEG. Caso o grupo apresente proposta sobre a alteração do Decreto, o Sr. Ministro Blairo Maggi apoiará o pleito. O **Sr. Marcílio Caron**, representante do IBÁ, ressaltou a preocupação com a governança do setor florestal dentro do MAPA, tendo em vista o fato de que o setor produtivo não tem conseguido apoio dentro do órgão e a ausência de uma área específica para tratar do assunto. Colocou-se à disposição da Câmara para prestar suporte sobre esse assunto. Informou que levará o assunto para a Frente Parlamentar da Agropecuária para que haja um posicionamento político sobre as determinações do MMA. O **Sr. João Salomão**, representante da SPA/MAPA, informou o Decreto nº 8.972 se remete à nova lei florestal, que estabelece que o MAPA possui a competência para tratar da produção de florestas plantadas em áreas aptas ao cultivo alternativo do solo. Ressaltou que a CONAVEG não pode tratar exclusivamente de recomposição de áreas de reserva legal, tendo que abordar também questões relativas aos produtores de florestas plantadas. O **Sr. Aldo de Cresci**, Consultor da Câmara, reforçou a necessidade de criar um grupo no âmbito da CSFP, e que há um conflito de competência entre essa legislação e o MAPA. O parecer emitido pelo Grupo deverá ser levado à Consultoria Jurídica do MAPA para apreciação e encaminhamento ao Sr. Ministro.

O Colegiado deliberou pela criação do Grupo de Trabalho que elaborará documento que embasará o pedido, conforme recomendação da CONJUR/MAPA, a ser composto por: Sr. Marcílio Caron, representante da IBÁ, Sr. João Salomão, representante da SPA/MAPA e Sr. Aldo Cresci, Consultor desta Câmara.

O **Sr. Walter Rezende** agradeceu ao Colegiado da Câmara e à equipe da ACST/MAPA pelo esforço no decorrer deste ano e desejou boas festas a todos.

## Encerramento

Sem mais assuntos a tratar, a Reunião foi dada como encerrada às dezessete horas.

## Encaminhamentos

1) O Colegiado deliberou pela **criação do Grupo de Trabalho** que tratará da revisão do PLANAVEG e CONAVEG constituído pelo Sr. Marcílio Caron (IBÁ), João Salomão (SPA) e Aldo De Cresci (Consultor da CSFP) encarregados de elaborar documento apontando as alterações pretendidas no bojo do Decreto nº 8.972, conforme recomendação da CONJUR/MAPA. **Composição: Sr. Marcílio Caron, representante da IBÁ, Sr. João Salomão, representante da SPA/MAPA e Sr. Aldo Cresci, Consultor desta Câmara.**

2) Redação de documento sugerindo alterações ao **Projeto de Lei nº 827/2015 – Lei de Proteção Cultivares**, a ser encaminhado ao Sr. Ministro e, posteriormente, à Frente Parlamentar da Agropecuária. **Responsáveis: Sr. Marcílio Caron, representante da IBÁ, e Sr. Ricardo Zanata, Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.**

3) Elaboração de documento dirigido ao Ministro do MAPA solicitando a produção dos dados relativos à produção florestal (**inventário florestal**), utilizando-se levantamento do Cadastro Ambiental Rural – CAR. **Responsáveis: Sr. Diogo Leuck, representante da AGEFLOR e Sr. Aldo de Cresci, Consultor da Câmara elaborarão documento.** (Pleito aprovado na 36ª Reunião Ordinária)

4) Elaboração de Ofício endereçado ao Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Defesa Agropecuária, solicitando ao Ibama a elaboração de normativo orientando a fiscalização de madeira de teca destinada à exportação nos portos. **Responsável: Sr. Fausto Takizawa, representante da AREFLORESTA**

5) Encaminhamento de Ofício à SDA, pedindo urgência no tratamento ao Processo SEI nº 21000017228/2016-84, em andamento atualmente na SDA/MAPA, que trata da emergência fitossanitária no Rio Grande do Sul. **Responsável: Sr. Diogo Leuck, representante da AGEFLOR.**

6) O Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola, será convidado novamente para relatar a respeito das iniciativas do MAPA para o desenvolvimento da atividade de Florestas Plantadas no Brasil. **Responsável pela Ação: Sra. Isabel Carneiro, Secretária da ACST.**

Relatora: Andressa Tenório da Silva, Assessora da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas – ACST/MAPA.

Revisora: Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas – ACST/MAPA.

### Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

### Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

### Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

### Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------